



# **Editais**

# **TOMADA DE PREÇOS**

# **Nº 005/2020**

**OBJETO: Serviços de Conectividade IP (Protocolo Internet) no Município de Arapiraca/AL.**

**SESSÃO PÚBLICA:**  
**28/08/2020**  
**09:00hs**



**Protocolo de Retirada de Edital  
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020  
(Processo Administrativo nº 8755/2020)**

Razão Social: \_\_\_\_\_

Nome Fantasia: \_\_\_\_\_

CNPJ Nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone(s)/Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_ Celular(es) contato: \_\_\_\_\_

Recebemos, nesta data, cópia do Edital da Tomada de Preços acima identificada, bem como seus respectivos anexos.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Obs: Preenchimento com "letra de forma"**

Senhor Licitante,

Caso este Edital tenha sido adquirido por meio eletrônico, solicito a V. S<sup>a</sup> preencher o recibo de entrega acima e remetê-lo à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Arapiraca, através do e-mail [licitacaoobrasarapiraca@gmail.com](mailto:licitacaoobrasarapiraca@gmail.com).

A não remessa de recibo exime a Comissão da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



## **Edital Tomada de Preços nº 005/2020**

**O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA**, Estado de Alagoas, através da sua Comissão Permanente de Licitação, devidamente designada pelo Prefeito Municipal, consoante Portaria nº 1.050/2019 do dia 02 de dezembro de 2019, torna público para o conhecimento dos interessados, que receberá às **09:00 (nove) horas do dia 28 de agosto de 2020**, em sessão pública, na sala de reuniões de sua sede situada na Rua São Jorge, nº 620, Santa Esmeralda, Arapiraca/AL, Estado de Alagoas, Documentos de Habilitação e Propostas Técnicas e de Preços pertinentes ao certame licitatório, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo **TÉCNICA E PREÇO**, visando a contratação de empresa especializada para realizar os serviços técnicos especializados de conectividade IP (Protocolo Internet), obedecendo rigorosamente aos termos, especificações, instruções e condições contidas neste Edital e seus Anexos.

O presente certame, e a contratação dele decorrente serão regidos em estrita observância às determinações da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e pelas demais normas sobre licitação em vigor.

Este Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados através do site <http://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacao>.

### **1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de conectividade IP (Protocolo Internet), para o Município de Arapiraca, em conformidade com este Edital e seus Anexos.

### **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar da licitação as empresas que atuam na área pertinente ao objeto previsto, que estejam devidamente cadastradas no Sistema de Registro Cadastral do Município ou que comprovem o atendimento a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento



dos envelopes.

2.1.1. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e propostas sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital e nas legislações ora vigentes.

2.2. É vedada a participação nesta licitação empresas que:

2.2.1. Estejam inadimplentes com o Município de Arapiraca/AL.

2.2.2. Estejam sob processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.

2.2.3. Estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou em situação de irregularidade, ou que por ela tenham sido declaradas inidôneas nas esferas Federal, Estadual e/ou Municipal.

2.2.4. Possuam entre seus sócios, proprietários ou assemelhados, servidores do Município de Arapiraca/AL.

2.2.5. Estejam reunidas em consórcio.

2.3. O Município de Arapiraca poderá revogar esta licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público e/ou por fatos supervenientes, devidamente comprovados, que justifiquem a medida, devendo, igualmente anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, caso constatada alguma irregularidade e/ou ilegalidade.

2.4. É facultado à CPL ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas ao esclarecimento ou ao complemento da instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento(s) que deveria(m) constar, originalmente, da proposta ou da habilitação.

### **3. DO REPRESENTANTE LEGAL**

3.1. Cada Licitante poderá ser representada por apenas 01 (um) representante legal que, devidamente munido de credenciais, será admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade.



3.2. Por credenciais, entende-se:

a) Habilitação do representante, mediante procuração ou declaração específica para participar da presente Licitação com firma reconhecida, dirigida à Comissão de Licitação, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual se declare, expressamente, ter poderes, para a devida outorga;

b) Caso seja sócio ou titular da empresa, apresentar documento(s) que comprove(m) sua capacidade de representar a mesma.

3.3. Estes documentos deverão ser apresentados no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo “DOCUMENTAÇÃO”, “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA DE PREÇO” e em original, por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por tabelião de notas, ou publicação em Órgão de Imprensa Oficial ou por cópia não autenticada, desde que seja exibido o documento original para autenticação por membro da Comissão de Licitação.

3.4. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma até a regularização de sua representação.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

4.1. Os documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços necessários à participação dos interessados serão entregues no dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital em envelopes separados, hermeticamente lacrados e opacos, que não permitam a visualização de seus respectivos conteúdos. Cada um dos envelopes deverá indicar o seguinte:

MUNICÍPIO DE ARAPIRACA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2020  
28/08/2020 – 09:00 (NOVE) HORAS  
ENVELOPE “A” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONECTIVIDADE IP  
(NOME DO LICITANTE)  
(C.N.P.J.)



MUNICÍPIO DE ARAPIRACA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2020  
28/08/2020 – 09:00 (NOVE) HORAS  
ENVELOPE “B” – PROPOSTA TÉCNICA  
OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONECTIVIDADE IP  
(NOME DO LICITANTE)  
(C.N.P.J.)

MUNICÍPIO DE ARAPIRACA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2020  
28/08/2020 – 09:00 (NOVE) HORAS  
ENVELOPE “C” – PROPOSTAS DE PREÇOS  
OBJETO: SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONECTIVIDADE IP  
(NOME DO LICITANTE)  
(C.N.P.J.)

4.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por cópia com autenticação procedida por tabelião, através de cópia devidamente autenticada por servidor do Município, à vista do(s) original(is) ou pela juntada da(s) folha(s) de órgão da imprensa oficial onde tenha(m) sido publicado(s).

4.2.1. A autenticação dos documentos constantes dos Envelopes “A”, “B” e “C”, quando feita por servidor do Município, será efetuada no endereço discriminado no preâmbulo deste instrumento convocatório, no horário das 08h00min às 12h00min, até o dia útil imediatamente anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes.

4.2.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, propostas técnicas e as propostas de preços, deverão ser apresentados no idioma português, admitida a nomenclatura técnica específica em idioma diverso.

4.2.3. O CNPJ indicado nos documentos de habilitação, proposta técnica e da proposta de preço deverá ser do mesmo estabelecimento que efetivamente vai executar os serviços objeto desta licitação.

4.2.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração da(s) proposta(s) de preço(s).



## **5. DA HABILITAÇÃO**

5.1. Além do Certificado de Registro Cadastral do Município de Arapiraca, a licitante deverá comprovar a situação de regularidade na forma abaixo discriminada:

### **5.1.1. Habilitação Jurídica:**

a. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de todas as eventuais alterações e do documento de identificação do empresário individual;

b. para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva e do(s) documento(s) de identificação de seu(s) administrador(es), e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

d. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

5.1.1.2. os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

5.1.1.3. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;



- b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - d. O registro previsto na Lei nº 5.764/71, art. 107;
  - e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 5.1.1.3.1. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 5.1.1.4. Quando os documentos acima, cabíveis conforme a natureza do licitante, já tenham sido todos devidamente apresentados e juntados no credenciamento, não se fará necessária nova apresentação.

#### 5.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e. prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f. prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede



do licitante;

5.1.2.1. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidades fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

5.1.2.2. Os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidades fiscal e trabalhista deverão ter sido expedidos a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estes não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor.

#### 5.1.3. Qualificação Técnica:

a) Termo de Autorização e/ou concessão para prestação de serviços de comunicação multimídia (SCM), outorgado pela ANATEL, acompanhado da respectiva Publicação no Diário Oficial da União;

b) Apresentar pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica (declaração ou certidão), em papel timbrado do emitente, em original ou fotocópia autenticada, firmados por órgão que integre a Administração Pública ou Privada, comprovando já ter executado ou estar prestando serviços compatíveis com o objeto da presente licitação.

#### 5.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente protocolados e chancelados pela Junta Comercial da respectiva sede, inclusive com os termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.



5.1.4.1. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.1.4.2. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial e apresentados através de demonstrativo de cálculo dos referidos índices, assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

5.1.4.3. A licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

5.1.5. Deverão constar no Envelope “A” as seguintes declarações:

- a) Declaração expressa do titular ou representante legal afirmando a inexistência de fato superveniente para a sua habilitação, conforme modelo sugerido;
- b) Apresentar declaração do titular ou representante legal de que tomou ciência e aceita todas as condições contidas neste Edital para todos os efeitos legais, conforme modelo sugerido;
- c) Apresentar declaração do titular ou representante legal de que não possui em seu quadro funcional, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos de idade, ou em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos de idade, em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e de acordo com as determinações da Lei Federal nº. 9.854/99, em seus



artigos 27, V e 78, XVIII, conforme modelo sugerido em anexo;

## **6. DA PROPOSTA TÉCNICA**

6.1. A proposta técnica, bem como seus anexos, deverá ser elaborada de forma clara e concisa, devendo ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, bem como deverá ser assinada ao fim e rubricada em todas as demais folhas pelo licitante, ou seu representante legal. Recomenda-se que todas as páginas estejam numeradas sequencialmente.

6.2. A proposta técnica deverá ser apresentada no formato do ANEXO II com o carimbo do CNPJ do licitante em todas as suas folhas, ou então, impressa em papel timbrado do mesmo.

6.3. Serão critérios objetivos de pontuação as informações constantes do ANEXO II.

## **7. DA PROPOSTA DE PREÇO**

7.1. As propostas que se configurarem inexecutáveis serão desclassificadas.

7.2. A proposta deverá ser elaborada de forma clara e concisa, devendo ser apresentada sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, bem como deverá ser devidamente assinada ao fim e rubricada em todas as demais folhas pelo licitante, ou seu representante legal. Recomenda-se que todas as páginas estejam numeradas sequencialmente.

7.3. A proposta deverá ser impressa em papel timbrado do licitante ou, na sua falta, em todas as suas folhas deverá conter o carimbo do CNPJ, em nome do licitante.

7.4. Deverá constar prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data do ato público de abertura, descrita no preâmbulo deste Edital.

7.5. Deverá constar declaração expressa de que, nos preços cotados, estão inclusos todos os impostos, seguros e demais taxas e despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas.

7.6. A proposta deverá conter preço mensal e anual, em algarismos e por extenso, de forma precisa e limitada ao objeto do Edital. No caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro; ocorrendo divergências entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.



7.7. É de inteira responsabilidade do proponente a omissão em considerar valor ou volume de qualquer serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto desta licitação. Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela CPL.

7.8. Todos os valores, preços e custos terão como expressão monetária a moeda corrente nacional (Real – R\$), conforme art. 5º, Lei nº. 8.666/93, sob pena de desclassificação da proposta.

7.9. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes. Não serão aceitas propostas parciais de prestação de serviços.

7.10. É vedada qualquer indexação de preços por índices gerais ou que reflitam variações de preços.

## **8. DOS PROCEDIMENTOS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

8.1. No dia, horário e local descritos no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes e demais interessados, a CPL, reunida em sessão pública, iniciará os trabalhos, recebendo e examinando os documentos entregues pelas licitantes, os quais serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes legais dos licitantes.

8.2. Expirado o horário estipulado para a entrega, não será recebido qualquer envelope, quer seja referente à Habilitação, Proposta Técnica ou Proposta de Preço.

8.3. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação ou complementação da documentação exigida e não inserida nos envelopes. No entanto, a seu exclusivo critério, a CPL poderá solicitar informações ou esclarecimentos adicionais que julgar necessário, em conformidade com o § 3º do artigo 43, da Lei nº 8.666/93.

8.4. Não serão aceitos envelopes abertos ou propostas entregues via *e-mail*, telegrama ou *fac-símile*.

8.5. Na hipótese do licitante optar por enviar os envelopes via Correio, a CPL não



se responsabilizará pela sua correta entrega e protocolo – independentemente da data de postagem – não sendo dado à licitante, qualquer garantia de participação na licitação, no caso de haverem falhas ou atrasos na entrega.

8.6. Após a abertura dos Envelopes de Habilitação, a CPL submeterá a documentação neles contidos ao exame e rubrica de todos os proponentes e aos membros da comissão.

8.7. Informados os participantes do resultado do exame dos documentos dos envelopes de Habilitação e após transcurso do prazo recursal ou, na hipótese de haver renúncia expressa ao exercício deste direito, ou, ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, a CPL procederá à abertura dos envelopes da Proposta Técnica.

8.8. Os documentos apresentados serão rubricados pela CPL e pelos representantes dos proponentes que se fizerem presentes.

8.9. Informados os participantes do resultado do exame dos documentos dos envelopes da Proposta Técnica e após o transcurso do prazo recursal, ou, na hipótese de haver renúncia expressa ao exercício deste direito, ou, ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, a CPL procederá à abertura dos envelopes da Proposta de Preços.

8.10. As propostas técnicas e de preços serão devolvidas intactas aos licitantes que não forem preliminarmente habilitadas.

8.11. Os documentos apresentados serão rubricados pela CPL e pelos representantes dos proponentes que se fizerem presentes.

8.12. Das reuniões da CPL, serão lavradas Atas que serão assinadas por todos os presentes.

8.13. O não comparecimento de um ou mais licitantes não obstará o andamento normal da respectiva fase licitatória.

8.14. A CPL apreciará e analisará toda documentação apresentada pelos licitantes referente a cada fase processual e divulgará o resultado dos licitantes habilitados e inabilitados.

8.15. A CPL se reserva ao direito de adiar a abertura dos envelopes “A” e/ou “C”, para análise da documentação de habilitação ou técnica, convocando os licitantes participantes para continuidade do certame, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.



8.16. Passadas essas fases, as propostas dos licitantes remanescentes irão para o julgamento final.

## **9. DO JULGAMENTO**

9.1 - O julgamento será realizado em conformidade com as disposições do Edital, levando-se em conta o interesse da Administração, de acordo com os seguintes critérios:

9.2 - Atribuição de pontuação de qualificação – Técnica e Preço:

9.2.1 - O VENCEDOR será o de maior pontuação oriunda da soma dos valores absolutos de indicador técnico e de preço, conforme abaixo:

VENCEDOR = A + B

INDICADOR TÉCNICO = A

INDICADOR PREÇO = B

9.3 - Forma de definição de indicador técnico:

9.3.1 - Indicador de Titulação (qualificação e capacidade técnica operacional junto a ente público). A documentação apresentada para fins de obtenção da pontuação deverá se referir aos sócios da licitante, ou, então, aos profissionais por ela contratados que efetivamente serão designados para atendimento do objeto licitado, ressaltando as especificações do próprio edital, devendo ser comprovado o vínculo entre os profissionais e a licitante.

REQUISITOS	PONTUAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E/OU CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), outorgado pela ANATEL, acompanhado da Publicação no Diário Oficial da União.	Total 30
EM FUNÇÃO DA NATUREZA DOS SERVIÇOS DEVE SER EXIGIDO ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que prestou satisfatoriamente, serviços de link de acesso à internet, de forma dedicada e exclusiva, na velocidade mínima de 1 Gbps, incluindo instalação, manutenção e link de acesso. Os atestados deverão ser impressos em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com os serviços ofertados pela licitante. Cada atestado valerá 15 (quinze) pontos, até o máximo de 45 (quarenta e cinco pontos), limitado a 03 (três) atestados.	Total 45



VISTO A GRANDE COMPLEXIDADE E O ALTO GRAU DE CRITICIDADE DO AMBIENTE E TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS, com o objetivo de garantir a perfeita execução dos serviços requeridos neste termo de referência, o LICITANTE, para efeito de comprovação da capacitação técnica, deverá provar que possui no mínimo 01 (uma) estação de telecomunicação em operação na modalidade 45 (Serviço de Comunicação Multimídia) através da apresentação da cópia da licença de autorização de funcionamento de estação emitido pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).	Total 30
REGISTRO E QUITAÇÃO DA PRETENDENTE NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (CREA) E/OU CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS (CFT), do local de sua sede, conforme Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018.	Total 15
CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE POSTE COM A EMPRESA RESPONSÁVEL, comprovante que possui autorização da faixa de ocupação para instalação de cabos, equipamentos e suportes necessários para prestação de Serviço de Telecomunicação	Total 30
ATESTADO DE HABILITAÇÃO DO PROFISSIONAL que será o responsável técnico pelas atividades de telecomunicação a serem prestadas pela empresa durante a execução do(s) serviço(s) a serem contratados. Tal atestado, registrado pelo CREA e/ou CFT e acompanhado(s) das respectivas CAT's, deverá comprovar que o referido profissional já foi responsável pela execução de serviços semelhantes ao objeto do presente termos de referência. Cada atestado valerá 10 (dez) pontos, até o máximo de 30 (trinta pontos), limitado a 03 (três) atestados. Apresentação do contrato social do licitante, no caso de profissional pertencer ao quadro societário da licitante; apresentação da CTPS ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante;	Total 30
EM SEU QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, pelo menos (UM) 1 técnico com capacitação de gerenciamento e manutenção de ambientes Microsoft Windows Server, com certificação MCP (Microsoft Certified Professional). A comprovação desse vínculo poderá ser feita por uma das seguintes formas: Apresentação do contrato social do licitante, no caso de profissional pertencer ao quadro societário da licitante; apresentação da CTPS ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante.	Total 20
Apresentar Projeto Técnico Executivo, onde constem detalhamentos de toda a infraestrutura e circuitos de acesso, mostrando a topologia, tecnologias utilizadas, funcionalidades e os serviços ofertados, onde sejam representados os nós de acesso a rede (backbone), devidamente assinado por um Responsável Técnico da empresa perante o CREA e/ou CFT;	Total 30
Pontuação Máxima:	230

9.4 - Indicador preço = posição da classificação quanto ao menor preço ofertado:



Posicionamento da classificação	Pontuação atribuída
1º colocado	50
2º colocado	45
3º colocado	40
4º colocado	35
5º colocado	30
6º colocado	0

9.5 - Serão desclassificadas as propostas técnicas com pontuação inferior a 80 (oitenta) pontos.

9.6 - A avaliação técnica será analisada em conjunto pelo presidente da Comissão de Licitação e pelo servidor específico da área de tecnologia, lotado na Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação – GTINFO.

9.7 - No caso de empate, será considerado vencedor a licitante cuja sede esteja localizada na cidade de Arapiraca ou região.

9.8 - Serão ainda desclassificadas no termo em desposto dor art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93, as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

#### **9.8 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.8.1. O tipo de avaliação da proposta será tipo técnica e preço.

9.9. Em razão das características e peculiaridades dos serviços, conforme descrito nas especificações técnicas, a proposta deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência.

9.10. O licitante será o único responsável pelo teor das informações e valores lançados.

9.11. No caso de empate, far-se-á, obrigatoriamente, o desempate por sorteio, o qual se realizará em sessão pública.

9.12. A prestação de serviços especializados, justifica que o índice de ponderação técnica prevaleça sobre o de preço.

### **10. DOS RECURSOS**

10.1. Das decisões da CPL caberá recurso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação na Imprensa Oficial.



10.2. Na hipótese de interposição de recurso, todas as licitantes serão comunicadas.

10.3. É facultado a qualquer licitante, através de seu representante legal para o certame, formular observações no transcurso das sessões da licitação, sendo as mesmas transcritas na respectiva Ata ou em documento próprio, o qual fará parte integrante daquela.

10.4. O licitante presente que se retirar da sessão antes da mesma ter sido lavrada em ata, será considerada ausente na sessão.

10.5. Para a efetiva interposição de recurso deverão ser observados os seguintes elementos:

- a) Ser dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
- b) Protocolado dentro do prazo previsto na legislação, no horário de expediente do Município, (das 8h00 às 12h00), no Protocolo Geral, cujo endereço está descrito no preâmbulo deste Edital;
- c) O recurso deverá ser fundamentado em fatos e/ou legislação;
- d) O recurso não poderá ser enviado por *fac-simile* ou e-mail;
- e) O documento deverá ser assinado pelo representante legal do licitante ou por mandatário devidamente munido de instrumento de procuração, o qual deverá seguir anexo;
- f) Não serão conhecidos os recursos que estejam em desacordo com o estabelecido neste item.

10.6. O recurso será interposto perante a CPL, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, sendo que, neste caso, a decisão será proferida dentro do prazo estabelecido na Lei nº 8.666/93 e comunicada a todas as licitantes.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO**

11.1. Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, a CPL anunciará o resultado final e elaborará relatório a ser apresentado à autoridade competente para homologação e adjudicação do objeto licitado.



## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato o Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

- I. Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato resultante deste TR, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- II. Multas:
  - a) de 0,03 % (três centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor dos serviços prestados com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, a Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea “b” deste inciso;
  - b) em razão da inexecução total do contrato, a Administração poderá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato. Essa hipótese é caracterizada, quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento), quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, hipótese em que será rescindido o instrumento contratual;
- III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior. Podemos ainda simplesmente remeter ao edital.

12.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas junto do inciso II, facultada a defesa prévia do inciso III, no respectivo



processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do § 2º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

### **13. DO VALOR ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. O valor estimado para o objeto deste certame perfaz a ordem de R\$ 965.400,00 (novecentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos reais).

13.2. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos orçamentários do Município de Arapiraca, consignados para o exercício de 2020, nas seguintes dotações orçamentárias:

#### **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IMPREV:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
21.23.09.272.4170.6053	Atividades Administrativas – RPPS – Plano Previdenciário	3.3.90.40.0050.3	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

#### **PROCON:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
02.27.04.422.4160.1004	Modernização do Procon – Arapiraca e Aquisição de Equipamentos	3.3.90.40.0090	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

#### **SECRETARIA DE CULTURA, LAZER E JUVENTUDE:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
10.10.13.122.4120.2085	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

#### **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
11.11.23.661.2210.1073	Capacitar os Permissionários dos Mercados e Shopping Popular	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
11.11.23.334.2210.2092	Fortalecimento da Casa Integrada do Trabalho	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
11.11.23.244.2200.1070	Promoção de Inclusão Digital -	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia



## COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

	Telecentros		da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
--	-------------	--	---

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
05.51.08.244.1300.6015	Manutenção do BI Psb – Bloco da Proteção Social Básica	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.244.1300.6011	Manutenção do BI Gbf – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.244.1310.6013	Manutenção do Bloco da Proteção Social Especial - BI Pseac E BI Psemc	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.244.1310.5002	Programas Especiais de Assistência Social	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.50.14.422.1310.6001	Ações De Combate à Violência Contra a Mulher	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.243.4150.6006	Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.244.1310.6019	Manutenção do Restaurante Popular	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.243.1310.6021	Manutenção do Programa Criança Feliz	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
09.90.20.122.4120.2070	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
09.90.20.602.2100.2071	Fomento a Produção	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia



	Agropecuária da Agricultura Familiar Sustentável		da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
--	--	--	---

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
06.60.12.361.1240.2046	Manutenção das Atividades Administrativas do FUNDEB 40%	3.3.90.40.0030.2	Serviços de Tecnologia da Informática e Comunicação – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
03.30.04.122.4120.2028	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Gestão Pública	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE SAÚDE:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
07.70.10.302.1120.6030	Aperfeiçoamento dos Serviços e Manutenção das Unidades Especializadas	3.3.90.40.0040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
07.70.10.302.1120.6034	Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS	3.3.90.40.0040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
07.70.10.301.1120.6035	Manutenção das Atividades do PAB Fixo	3.3.90.40.0401	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
07.70.10.122.1100.6038	Aprimoramento da Gestão Participativa do SUS	3.3.90.40.0040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
12.12.15.452.4120.2103	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica



13.3. A reserva orçamentária poderá ser parcial em virtude do que dispõe o art. 57, Inciso I da Lei nº 8.666/93, uma vez que o Projeto está contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, para o quadriênio 2018 – 2021, conforme Lei nº 3283/2017 e seus anexos, caso em que o contrato poderá ser celebrado com vigência superior ao Crédito Orçamentário, configurando-se a exceção prevista no art. 57, I, citado, (TCU Decisão nº 298/1999, Plenário, Relator Ministro Adhemar Paladini Ghisi, Dou. De 21.06.1999), podendo o empenho da despesa correr parcialmente à conta da Lei Orçamentário de 2019 e parcelas remanescentes no exercício de 2020 e/ou subsequentes.

#### **14. DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será celebrado Contrato entre o Município e o licitante vencedor, de acordo com a legislação vigente, em especial a Lei nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores, com vigência de 12 (doze) meses, na forma de minuta submetida ao exame prévio e aprovação da Procuradoria Municipal, que integra o Ato Convocatório através do **Anexo V**, permitida a prorrogação até o limite legal, de acordo com o interesse da administração.

14.2. O Município de Arapiraca convocará o adjudicatário para assinar o Contrato, o qual terá o prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da notificação formalizada, para comparecer à Administração, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital.

14.3. O prazo acima estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, desde que seja durante o seu transcurso e em vista de motivo justificado e aceito pelo Município.

14.4. Antes da assinatura do Contrato, será verificada a manutenção do adjudicatário quanto as condições de habilitação exigidas no Edital.

14.5. Se o licitante vencedor não mantiver as mesmas condições habilitatórias no ato da assinatura do Contrato, ou se não apresentar documentação atualizada, ou, ainda, se houver a recusa para assinar o contrato, será convocado outro licitante para celebrar o Contrato, observada a ordem de classificação, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, nos termos do art. 64, §2º da Lei nº 8.666/93, e assim, sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



14.7. Incumbirá ao Município providenciar a publicação do extrato do Contrato e seus eventuais termos aditivos na Imprensa Oficial.

## **15. DAS PROIBIÇÕES**

15.1. O CONTRATADO fica proibido de veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração.

15.2. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços objeto do Contrato, salvo nos casos apresentados e autorizados pelo Município de Arapiraca.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

16.1. Emitir empenho;

16.2. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as condições exigidas no Contrato, Edital e seus anexos;

16.3. realizar rigorosa conferência das características dos serviços recebidos, através do Gestor do contrato, que terão a incumbência de, dentre outras atribuições, verificar as especificações e aferir qualidade dos serviços efetivamente entregues e/ou prestados, em até 5 dias úteis após o recebimento dos mesmos;

16.4. fiscalizar o correto e integral cumprimento do Contrato através do Gestor do Contrato;

16.5. efetuar o pagamento no valor, forma e prazos ajustados.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

17.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

17.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

17.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;

17.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

17.5. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem



estar devidamente identificados por meio de crachá;

17.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

17.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

17.8. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

17.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

17.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

17.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

17.13. A Contratada deverá se encarregar de prover o meio físico de interligação entre a sua rede e a rede do Contratante, atendendo aos parâmetros definidos neste TR, ficando este serviço sob sua inteira responsabilidade.

17.14. A Contratada deverá atender a todas as normas técnicas exigidas pelos órgãos públicos competentes e responsáveis pela regulamentação, controle e fiscalização do meio físico, da conexão lógica, do tipo de transmissão, da velocidade de tráfego, da faixa de frequência e largura de banda utilizada;

17.15. Caso seja necessária alguma obra civil de infraestrutura no ambiente do Contratante para a instalação do meio físico necessário, esta correrá por conta da empresa Contratada, devendo ser fornecido o projeto detalhado para aceite por parte da área competente do Contratante. Para a realização de quaisquer obras, os padrões arquitetônicos previamente encontrados nas instalações deverão ser mantidos;

17.16. A contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura de telecomunicações (equipamentos e insumos) necessária ao pleno funcionamento dos serviços contratados, sem custo adicional ao Contratante;

17.17. A prestação do serviço compreende a disponibilização, instalação, ativação e



configuração do(s) equipamento(s) que compõem o acesso, e outros que possibilitem a utilização do serviço objeto do presente Termo de Referência;

17.18. A administração e manutenção dos equipamentos disponibilizados serão de inteira responsabilidade da Contratada;

17.19. O atendimento para reativação dos links do serviço de acesso IP deverá ser realizado 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, com início das tentativas nunca maior que 04 (quatro) horas;

17.20. Todos os equipamentos e serviços necessários para a instalação, incluindo a configuração e balanceamento de links, quando for o caso, serão fornecidos pela contratada.

## **18. DO PAGAMENTO**

18.1. O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com os serviços utilizados no mês, sendo o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega e o aceite da Nota Fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato, visada pela titular da Secretaria Municipal de Gestão Pública, acompanhada do TAA - Termo de Aceitação e Aprovação lavrado pelo gestor.

18.2. O pagamento pelos serviços contratados será efetuado pelo Município de Arapiraca, em moeda corrente, por meio de instituição bancária, após a entrega e aceite da Nota Fiscal/Fatura, entregue no mês subsequente ao da prestação dos serviços, desde que os serviços tenham sido efetivamente prestados, o que deverá ser devidamente atestado pelo setor competente.

18.2.1. O pagamento será efetuado após a verificação da manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, devendo as certidões negativas serem impressas e juntadas ao processo administrativo.

18.2.2. Em caso de irregularidade fiscal, o Município de Arapiraca notificará o CONTRATADO para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo, sem que haja a regularização por parte do CONTRATADO, ou apresentação de defesa aceita pela Administração, fatos estes que, isolada ou conjuntamente, caracterizarão descumprimento de Cláusula Contratual, estará o Contrato passível de rescisão e o CONTRATADO sujeito às sanções administrativas e judiciais previstas neste Edital.

18.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual.

18.4. No ato do pagamento, o Município de Arapiraca fará retenção de tributos



municipais, de acordo com a legislação específica vigente.

18.5. A fatura não aceita pelo Município de Arapiraca será devolvida ao CONTRATADO para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

18.6. A devolução da fatura não aprovada pelo Município de Arapiraca não servirá de motivo para que o CONTRATADO suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido aos seus empregados.

18.7. O Município de Arapiraca poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pelo CONTRATADO, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução defeituosa dos serviços;
- b) descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados, hipótese em que o pagamento ficará retido até que o CONTRATADO atenda a Cláusula infringida;
- c) débito do CONTRATADO perante o Município de Arapiraca, proveniente da execução do contrato decorrente desta licitação;
- d) obrigações do CONTRATADO com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o Município de Arapiraca;
- e) paralisação dos serviços por culpa do CONTRATADO.

18.8. Respeitadas as condições previstas neste edital, em caso de atraso de pagamento motivado pelo Município de Arapiraca, o valor a ser pago será atualizado financeiramente, desde a data prevista até o efetivo pagamento, tendo como base índice de correção monetária (ICM) determinado pelo Município de Arapiraca no momento do fato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$N/30$

$AF = [ ( 1 + ICM/100) - 1 ] \times VP$ , onde:

ICM = Índice de Correção Monetária; AF = Atualização Financeira;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

## **19. DOS REAJUSTAMENTOS**

19.1. O Contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, visando à adequação aos preços de mercado, pelo Índice Nacional de Preços – INPC, do IBGE.



19.2. As alterações dos valores contratuais, em função do reajustamento, serão efetivadas através de Termo de Apostilamento, vedando-se, terminantemente, efeito financeiro retroativo à assinatura do instrumento.

19.3. No primeiro ano, o preço será irrevogável. Posteriormente, o preço poderá ser reajustado observando-se o índice estabelecido no subitem 19.1. Os reajustes subsequentes ocorrerão sempre a cada 12 (doze) meses.

## **20. DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. Nos termos do § 1º, artigo 67, da Lei nº. 8.666/93, o Município de Arapiraca designará o servidor Roniclécio Firmino da Silva, ocupante do cargo de Coordenador de TI matrícula nº 8675-4, com endereço eletrônico roniclecio@gtinfo.arapiraca.al.gov.br o qual terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a. Expedir Ordem de Serviços, em conjunto com a titular da Secretaria Municipal de Gestão Pública, em conformidade com este TR e demais peças correlacionadas;
- b. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato correlacionado;
- c. Solicitar à Administração a aplicação de penalidade por descumprimento de Cláusula contratual;
- d. Comunicar à CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de Cláusula contratual;
- e. Atestar as Notas Fiscais, em conformidade com as especificações constantes da proposta da licitante vencedora, lavrando Termo de Aceitação e Aprovação sobre os serviços recebidos;

## **21. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

21.1. O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/93.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO**

22.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que



viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

22.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

22.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

22.4. A impugnação deverá ser realizada por petição protocolada no endereço constante no preâmbulo deste edital (protocolo geral), instruída com os documentos necessários ao seu conhecimento, devidamente anexados.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. Os serviços especificados neste edital não excluem outros similares que porventura se façam necessários para a boa execução dos mesmos.

23.2. O presente edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

23.3. É assegurado ao Município de Arapiraca, conforme seu interesse, revogar ou anular, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

23.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Arapiraca não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.5. Os proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Não serão aceitos documentos fotocopiados em papel sensível – utilizados em aparelhos de *fac-símile*.

23.6. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário por parte do Município de Arapiraca.



23.7. No julgamento da habilitação e das propostas de técnica e de preço, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.8. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, sem comprometimento do interesse da Administração, da finalidade e da segurança da contratação.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal do Município de Arapiraca.

23.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

23.11. Responde o licitante, por seu representante legal, pelos atos tendentes a fraudar ou frustrar a licitação, impedir, perturbar ou tentar dificultar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, afastar ou procurar afastar licitantes, impedir o caráter competitivo da licitação, fraudar, em prejuízo do Município de Arapiraca, elevando arbitrariamente os preços, tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do Contrato, conforme previsto na Lei nº 8.666/93 e na legislação penal aplicável, bem como induzir ou manter em erro repartição pública competente, sonegando-lhe informação ou prestando-a de forma a encobrir determinadas condições.

23.12. Qualquer modificação no presente edital será divulgada pela mesma forma em que foi divulgado o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

23.13. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

23.14. A apresentação da proposta de licitação fará prova de que a proponente examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, nada tendo a reclamar sobre sua forma e seu conteúdo; que conhece todas as especificações e condições de execução do objeto do Edital; que considerou os elementos desta licitação, permitindo a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória; e que assumirá integralmente, se vencedor, sem prejuízo das demais condições editalícias, a responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços em todas as suas etapas.



23.15. Os pedidos de informações complementares ou de esclarecimentos poderão ser solicitados até 05 (cinco) dias úteis antes da sessão de abertura do certame, por escrito, com protocolo no endereço informado no subitem 22.20, sempre dirigidos a Comissão Permanente de Licitação, discriminando o objeto da dúvida/esclarecimento necessário, o número deste edital, a modalidade desta licitação e a identificação completa do licitante interessado.

23.16. O Município de Arapiraca ficará isento de responsabilidade, no caso de pedido de esclarecimento ou informação suplementar realizado de forma diferente daquela estipulada neste edital.

23.17. A CPL poderá desclassificar propostas de preços manifestamente inexequíveis, nos termos do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 8.666/93, em conformidade com as regras de experiência praticadas no Município de Arapiraca.

23.18. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, para todos os efeitos, o horário local.

23.19. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site <http://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacao>

23.20. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Arapiraca para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

22.21. Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência – Especificações dos Serviços;
- b) ANEXO II – Modelo de Proposta Técnica;
- c) ANEXO III – Modelo Proposta de Preços
- c) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Fato Superveniente;
- d) ANEXO V – Modelo de Declaração (Lei nº 9.854/99 – uso de mão-de-obra infantil);
- e) ANEXO VI – Minuta de Contrato.

Arapiraca, 27 de julho de 2020.

Gustavo Marinho de Gusmão  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



**ANEXO I**

**TR – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1 - OBJETO**

Contratação de empresa para a prestação de serviços de conectividade IP (Protocolo Internet), para provimento de acesso corporativo a internet com link dedicado e compartilhado, para atender às secretarias do município de Arapiraca, conforme especificações a seguir.

**2 - MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA**

A Gestão de Tecnologia da Informação - GTINFO, como parte integrante da Administração Pública Municipal, tem como um de seus objetivos e desafios acompanhar a modernização do Poder Executivo. Os investimentos na área de informática com o objetivo de proporcionar os meios necessários para consolidar dados em um ambiente corporativo de alta performance e promover a disponibilidade de dados e segurança.

O Município de Arapiraca atualmente lida com uma grande diversidade de informações e processamento de dados gerados pelas secretarias no exercício de suas atribuições. Sendo assim, faz-se necessário a contratação de fornecimento de link, dedicado e compartilhado para o acesso à rede mundial de computadores (internet), com IPs válidos, atendendo as necessidades de comunicação e acesso a novas tecnologias que possam atender as demandas de forma mais eficiente e menos onerosa. O referido Link que será utilizado para redundância ao enlace já existente com o GTINFO, a ser executado na Sede Administrativa deste Município e seus anexos, trazendo como resultado positivo a eficiência e eficácia das áreas, no acesso à internet.

**3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

A contratação do serviço será o importe de 2510 Megabytes, distribuídos entre 220 pontos, com variação de velocidade de conexão de acordo com a necessidade da localidade. Para que haja clareza sobre a distribuição do link a ser contratado, o Anexo 1 do Termo de Referência apresenta os quantitativos por localidade e quantidade de megabytes, com a distância entre o local e o Centro Administrativo (linha reta) promovendo subsídio ao vencedor do certame, assim como dar ciência do trabalho a ser executado.

**3.1 - DOS SERVIÇOS**

3.1.1 - a solução proposta deverá permitir o acesso à internet, o tráfego de aplicações corporativas, tais como: sistema de informação troca de arquivos, correio eletrônico, servidor de e-mail, web, VoIP (voz sobre IP), virtualização de servidores e outras que necessite;

3.1.2 - a Contratada deverá disponibilizar um número de telefone 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias, para que a Contratante faça e acompanhe as solicitações de reparo e também um site na internet onde poderá visualizar parâmetros, informações on-line de relatórios de disponibilidade, estatísticas de desempenho e tráfego do ponto de acesso à internet;

3.1.3 - problemas de qualquer natureza, queima de equipamentos, furtos, rompimentos de meio físico, com o link deverão ser resolvidos em no máximo 24 (vinte e quatro) horas;

3.1.4 - para solução de problemas a Contratada deverá fornecer a conexão básica de acesso à Internet. A solução oferecida deverá incluir os serviços de: suporte técnico e garantia de nível em



latência média mensal de igual ou menor 10 ms; perda de pacotes média mensal igual ou menor que 3% e disponibilidade mensal de igual ou maior que 99%;

3.1.5 - todos os circuitos entregues deverão passar por período de aceitação de 7 (sete) dias corridos a partir da conclusão da instalação e antes da ocorrência de qualquer faturamento. Após o período de aceitação será emitido em aceite e a Contratada dará início ao faturamento;

3.1.6 - a Contratante poderá, a seu exclusivo critério solicitar a desativação, a modificação de velocidade de transmissão ou a ativação de circuitos previstos no projeto da rede, para atender as demandas e necessidades não previstas inicialmente ou ainda decorrentes de alterações em processos de trabalho ou no perfil de tráfego da nova rede. Qualquer alteração não prevista no projeto inicial será objeto de aditivo contratual;

3.1.7 - as interrupções de serviço de natureza programada ou ocasional incidentes sobre os circuitos contratados ou ainda sobre as atividades de gerenciamento da nova rede deverão ser objeto de glosa total ou proporcional nas respectivas faturas. As interrupções previamente informadas e aprovadas pela administração não implicará desconto na fatura;

3.1.8 - todos os circuitos deverão ser entregues em fibra óptica;

3.1.9 - para interligações que necessitem passagem de cabos, a contratante deverá ter a autorização por parte da empresa responsável de forma a comprovar a autorização do uso de seus postes.

3.1.10 - a Contratada deverá disponibilizar para ao Contratante um bloco /27 de IP's públicos, roteáveis na internet.

#### 4 - DO JULGAMENTO

4.1 - O julgamento será realizado em conformidade com as disposições do Edital, levando-se em conta o interesse da Administração, de acordo com os seguintes critérios:

4.2 - Atribuição de pontuação de qualificação – Técnica e Preço:

4.2.1 - O VENCEDOR será o de maior pontuação oriunda da soma dos valores absolutos de indicador técnico e de preço, conforme abaixo:

$$\text{VENCEDOR} = A + B$$

$$\text{INDICADOR TÉCNICO} = A$$

$$\text{INDICADOR PREÇO} = B$$

4.3 - Forma de definição de indicador técnico:

4.3.1 - Indicador de Titulação (qualificação e capacidade técnica operacional junto a ente público). A documentação apresentada para fins de obtenção da pontuação deverá se referir aos sócios da licitante, ou, então, aos profissionais por ela contratados que efetivamente serão designados para atendimento do objeto licitado, ressaltando as especificações do próprio edital, devendo ser comprovado o vínculo entre os profissionais e a licitante.

REQUISITOS	PONTUAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E/OU CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), outorgado pela ANATEL, acompanhado da Publicação no Diário Oficial da União.	Total 30



EM FUNÇÃO DA NATUREZA DOS SERVIÇOS DEVE SER EXIGIDO ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que prestou satisfatoriamente, serviços de link de acesso à internet, de forma dedicada e exclusiva, na velocidade mínima de 1 Gbps, incluindo instalação, manutenção e link de acesso. Os atestados deverão ser impressos em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com os serviços ofertados pela licitante. Cada atestado valerá 15 (quinze) pontos, até o máximo de 45 (quarenta e cinco pontos), limitado a 03 (três) atestados.	Total 45
VISTO A GRANDE COMPLEXIDADE E O ALTO GRAU DE CRITICIDADE DO AMBIENTE E TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS, com o objetivo de garantir a perfeita execução dos serviços requeridos neste termo de referência, o LICITANTE, para efeito de comprovação da capacitação técnica, deverá provar que possui no mínimo 01 (uma) estação de telecomunicação em operação na modalidade 45 (Serviço de Comunicação Multimídia) através da apresentação da cópia da licença de autorização de funcionamento de estação emitido pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).	Total 30
REGISTRO E QUITAÇÃO DA PRETENDENTE NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (CREA) E/OU CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS (CFT), do local de sua sede, conforme Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018.	Total 15
CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE POSTE COM A EMPRESA RESPONSÁVEL, comprovante que possui autorização da faixa de ocupação para instalação de cabos, equipamentos e suportes necessários para prestação de Serviço de Telecomunicação	Total 30
ATESTADO DE HABILITAÇÃO DO PROFISSIONAL que será o responsável técnico pelas atividades de telecomunicação a serem prestadas pela empresa durante a execução do(s) serviço(s) a serem contratados. Tal atestado, registrado pelo CREA e/ou CFT e acompanhado(s) das respectivas CAT's, deverá comprovar que o referido profissional já foi responsável pela execução de serviços semelhantes ao objeto do presente termos de referência. Cada atestado valerá 10 (dez) pontos, até o máximo de 30 (trinta pontos), limitado a 03 (três) atestados. Apresentação do contrato social do licitante, no caso de profissional pertencer ao quadro societário da licitante; apresentação da CTPS ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante;	Total 30



EM SEU QUADRO DE FUNCIONÁRIOS, pelo menos (UM) 1 técnico com capacitação de gerenciamento e manutenção de ambientes Microsoft Windows Server, com certificação MCP (Microsoft Certified Professional). A comprovação desse vínculo poderá ser feita por uma das seguintes formas: Apresentação do contrato social do licitante, no caso de profissional pertencer ao quadro societário da licitante; apresentação da CTPS ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante.	Total 20
Apresentar Projeto Técnico Executivo, onde constem detalhamentos de toda a infraestrutura e circuitos de acesso, mostrando a topologia, tecnologias utilizadas, funcionalidades e os serviços ofertados, onde sejam representados os nós de acesso a rede (backbone), devidamente assinado por um Responsável Técnico da empresa perante o CREA e/ou CFT;	Total 30
Pontuação Máxima:	230

4.4 - Indicador preço = posição da classificação quanto ao menor preço ofertado:

Posicionamento da classificação	Pontuação atribuída
1º colocado	50
2º colocado	45
3º colocado	40
4º colocado	35
5º colocado	30
6º colocado	0

4.5 - Serão desclassificadas as propostas técnicas com pontuação inferior a 80 (oitenta) pontos.

4.6 - A avaliação técnica será analisada em conjunto pelo presidente da Comissão de Licitação e pelo servidor específico da área de tecnologia, lotado na Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação – GTINFO.

4.7 - No caso de empate, será considerado vencedor a licitante cuja sede esteja localizada na cidade de Arapiraca ou região.

4.8 - Serão ainda desclassificadas no termo em desposto dor art. 48, inciso II, da Lei 8.666/93, as propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

## 5 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 - O tipo de avaliação da proposta será tipo técnica e preço.

5.2 - Em razão das características e peculiaridades dos serviços, conforme descrito nas especificações técnicas, a proposta deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência.

## 6 - PRAZO E CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

6.1- O prazo de execução e instalação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço;



6.2 - Estando o objeto em desacordo com o especificado neste documento e na proposta da empresa vencedora este será rejeitado, obrigando-se a empresa a substituí-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação escrita feita pelo Gestor, sob pena de ser aplicada penalidade;

6.3 - constatada essa ocorrência, após a notificação por escrito à empresa contratada, será suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação;

6.4 - os serviços efetivamente prestados em caso de qualquer falha de operação deverão obrigatoriamente ser reparados em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da comunicação.

### 7 - LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - A prestação dos serviços serão executados nos locais discriminados no ANEXO 1 deste Termo de Referência, e deverá ser executado de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00.

7.2 - A empresa vencedora deverá disponibilizar serviço de manutenção 24 (vinte e quatro) horas.

### 8 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

8.1 - O recebimento dos serviços descritos neste TR deverá ser efetuado, da seguinte forma:

8.2 - Provisoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos serviços, para posterior verificação da conformidade com as especificações técnicas, devendo ser emitido Termo de Aceite Provisório (TAP).

8.3 - Os serviços serão verificados de acordo com as características descritas no item “4” deste TR, sendo posteriormente aferida a conformidade e testado o seu perfeito funcionamento.

8.4 - Qualquer serviço poderá ser recusado inteiramente nas seguintes condições:

8.4.1 - Caso os serviços sejam entregues e/ou prestados em desconformidade com as especificações técnicas constantes do item “3” e da proposta vencedora;

8.4.2 - Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

8.4.3 - Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação;

8.5 - Nos casos de recusa dos serviços, a empresa contratada terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo Gestor do Contrato;

8.6 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que determinado serviço foi entregue e/ou prestado em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompleto, a empresa contratada será notificada, não será emitido o Termo de Aceitação e Aprovação e o pagamento será suspenso até que a situação seja regularizada.

8.7 - Definitivamente, no prazo máximo de 90 (Noventa) dias úteis, depois de concluídas: a instalação, a verificação da qualidade e quantidade, ocasião em que será emitido o competente Termo de Aceitação e Aprovação (TAA).

### 9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste TR e na legislação pertinente:

9.1 - Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;



- 9.2 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- 9.3 - Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;
- 9.4 - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5 - Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.6 - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 9.7 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 9.8 - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.9 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.10 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.11 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 9.12 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.13 - A Contratada deverá se encarregar de prover o meio físico de interligação entre a sua rede e a rede do Contratante, atendendo aos parâmetros definidos neste TR, ficando este serviço sob sua inteira responsabilidade.
- 9.14 - A Contratada deverá atender a todas as normas técnicas exigidas pelos órgãos públicos competentes e responsáveis pela regulamentação, controle e fiscalização do meio físico, da conexão lógica, do tipo de transmissão, da velocidade de tráfego, da faixa de frequência e largura de banda utilizada;
- 9.15 - Caso seja necessária alguma obra civil de infraestrutura no ambiente do Contratante para a instalação do meio físico necessário, esta correrá por conta da empresa Contratada, devendo ser fornecido o projeto detalhado para aceite por parte da área competente do Contratante. Para a realização de quaisquer obras, os padrões arquitetônicos previamente encontrados nas instalações deverão ser mantidos;
- 9.16 - A contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura de telecomunicações (equipamentos e insumos) necessária ao pleno funcionamento dos serviços contratados, sem custo adicional ao Contratante;
- 9.17 - A prestação do serviço compreende a disponibilização, instalação, ativação e configuração do(s) equipamento(s) que compõem o acesso, e outros que possibilitem a utilização do serviço objeto do presente Termo de Referência;
- 9.18 - A administração e manutenção dos equipamentos disponibilizados serão de inteira responsabilidade da Contratada;



9.19 - O atendimento para reativação dos links do serviço de acesso IP deverá ser realizado 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, com início das tentativas nunca maior que 04 (quatro) horas;

9.20 - Todos os equipamentos e serviços necessários para a instalação, incluindo a configuração e balanceamento de links, quando for o caso, serão fornecidos pela contratada.

#### 10 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

10.1 - Emitir empenho;

10.2 - proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as condições exigidas no Contrato, Edital e seus anexos;

10.3 - realizar rigorosa conferência das características dos serviços recebidos, através do Gestor do contrato resultante deste TR, que terão a incumbência de, dentre outras atribuições, verificar as especificações e aferir qualidade dos serviços efetivamente entregues e/ou prestados, em até 5 dias úteis após o recebimento dos mesmos;

10.4 - fiscalizar o correto e integral cumprimento do Contrato através do Gestor do Contrato resultante deste TR;

10.5 - efetuar o pagamento no valor, forma e prazos ajustados.

#### 11 - CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com os serviços utilizados no mês, sendo o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega e o aceite da Nota Fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato, visada pela titular da Secretaria Municipal de Gestão Pública, acompanhada do TAA - Termo de Aceitação e Aprovação lavrado pelo gestor.

#### 12 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

As despesas resultantes deste TR correrão à conta dos Programas de Trabalho abaixo relacionados, de acordo com quantidade de link referido a cada órgão no Anexo I:

##### INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IMPREV:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
21.23.09.272.4170.6053	Atividades Administrativas – RPPS – Plano Previdenciário	3.3.90.40.0050.3	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

##### PROCON:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
02.27.04.422.4160.1004	Modernização do Procon – Arapiraca e Aquisição de Equipamentos	3.3.90.40.0090	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica

##### SECRETARIA DE CULTURA, LAZER E JUVENTUDE:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
----------------------	--	---------------------	--



## COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

10.10.13.122.4120.2085	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer e Juventude	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
------------------------	---	----------------	--

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
11.11.23.661.2210.1073	Capacitar os Permissionários dos Mercados e Shopping Popular	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
11.11.23.334.2210.2092	Fortalecimento da Casa Integrada do Trabalho	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
11.11.23.244.2200.1070	Promoção de Inclusão Digital - Telecentros	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

### SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
05.51.08.244.1300.6015	Manutenção do BI Psb – Bloco da Proteção Social Básica	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.244.1300.6011	Manutenção do BI Gbf – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.244.1310.6013	Manutenção do Bloco da Proteção Social Especial - BI Pseac E BI Psemc	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.244.1310.5002	Programas Especiais de Assistência Social	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.50.14.422.1310.6001	Ações De Combate à Violência Contra a Mulher	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.243.4150.6006	Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica



05.51.08.244.1310.6019	Manutenção do Restaurante Popular	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
05.51.08.243.1310.6021	Manutenção do Programa Criança Feliz	3.3.90.40.2000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
09.90.20.122.4120.2070	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
09.90.20.602.2100.2071	Fomento a Produção Agropecuária da Agricultura Familiar Sustentável	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
06.60.12.361.1240.2046	Manutenção das Atividades Administrativas do FUNDEB 40%	3.3.90.40.0030.2	Serviços de Tecnologia da Informática e Comunicação – Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
03.30.04.122.4120.2028	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Gestão Pública	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE SAÚDE:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
07.70.10.302.1120.6030	Aperfeiçoamento dos Serviços e Manutenção das Unidades Especializadas	3.3.90.40.0040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
07.70.10.302.1120.6034	Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS	3.3.90.40.0040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
07.70.10.301.1120.6035	Manutenção das Atividades do PAB Fixo	3.3.90.40.0401	Serviços de Tecnologia da Informação e



			Comunicação - Pessoa Jurídica
07.70.10.122.1100.6038	Aprimoramento da Gestão Participativa do SUS	3.3.90.40.0040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

**SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ELEMENTO DE DESPESA	
12.12.15.452.4120.2103	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos	3.3.90.40.0010	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

**13 – SANÇÕES**

Pela inexecução total ou parcial do Contrato resultante deste TR, a Contratante poderá, garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato resultante deste TR, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

Multas:

a) de 0,03 % (três centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor dos serviços entregues e/ou prestados com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, a Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea “b” deste inciso;

b) em razão da inexecução total do contrato, a Administração poderá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato. Essa hipótese é caracterizada, quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento), quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, hipótese em que será rescindido o instrumento contratual;

Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 05 (cinco) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior. Podemos ainda simplesmente remeter ao edital.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas junto do inciso II, facultada a defesa prévia do inciso III, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do § 2º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

**14 - PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**



O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/93.

#### 15 – GESTOR

O Gestor do contrato resultante deste TR será o servidor Roniclecio Firmino da Silva, ocupante do cargo de Coordenador de TI matrícula nº 8675-4, com endereço eletrônico [roniclecio@gtinfo.arapiraca.al.gov.br](mailto:roniclecio@gtinfo.arapiraca.al.gov.br) o qual terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- 15.1 - Expedir Ordem de Serviços, em conjunto com a titular da Secretaria Municipal de Gestão Pública, em conformidade com este TR e demais peças correlacionadas;
- 15.2 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato correlacionado;
- 15.3 - Solicitar à Administração a aplicação de penalidade por descumprimento de Cláusula contratual;
- 15.4 - Comunicar à CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de Cláusula contratual;
- 15.5 - Atestar as Notas Fiscais, em conformidade com as especificações constantes da proposta da licitante vencedora, lavrando Termo de Aceitação e Aprovação sobre os serviços recebidos;

#### 16 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 - Especificações técnicas, com a inclusão dos quantitativos para cada ponto, levando em consideração tempo de uso, quantidade de usuários e conteúdo acessado;
- 16.2 - Deve permitir o tráfego de toda a suíte de protocolos que compõe o padrão TCP/IP;
- 16.3 - Deve ser implementado por meio de acessos dedicados, compartilhados e permanentes;
- 16.4 - Fica vedado o uso de acessos via radiofrequência por espalhamento espectral, faixa 2.4GHz e 5.8GHz, haja vista a natureza dos dados transmitidos requererem padrões de segurança máximos, onde qualquer margem de insegurança é relevante;
- 16.5 - Deve implementar mecanismo de priorização de tráfego, através de tecnologia QoS (qualidade de serviço), seguindo os padrões das RFC 2474 e 2475 - DiffServ, complementados pela RFC 2597 Assured Forwarding PHB e pela RFC 2598 - Expedited Forwarding, podendo o CONTRATANTE solicitar à CONTRATADA em qualquer momento prioridade para os pacotes de dados/voz que julgar necessário;
- 16.6 - Deverá incluir instalação e fornecimento de qualquer equipamento e/ou recurso necessário, se a solução adotada impuser o uso;
- 16.7 - Deverá garantir, durante o período de vigência do contrato, que os serviços de operação e manutenção corretiva do sistema e os custos envolvidos para tal serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 16.8 - Deverá garantir disponibilidade mínima mensal do serviço de 99%. Esta disponibilidade indicará o percentual de tempo em que os serviços permanecerem em condições normais de funcionamento durante o período de um mês de operação;
- 16.9 - Deverá garantir média mensal de perda de pacotes não superior a 3%;
- 16.10 - a CONTRATADA disponibilizará e configurar um sistema de monitoramento de rede que será gerenciado pela CONTRATANTE, sem ação direta da CONTRATADA. Este sistema não abrirá chamados pró-ativamente;
- 16.11 - O presente Termo de Referência vincula-se às determinações da Lei Federal Nº 8.666/93 e posteriores alterações executadas.

#### 17 - CONDIÇÕES E HABILITAÇÃO



**JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS PARA A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA.**

A Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, expressamente dispõe que o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta forma, a Lei de Licitações, ao tratar do assunto, versou em seu artigo 31, § 5º que:

“5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”

Da leitura do dispositivo supra, depreende-se, preliminarmente, quatro características a respeito da forma de se apurar a qualificação econômico-financeira do licitante:

1. A boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva, ou seja, concreta, exata;
2. Os índices contábeis deverão estar expressos no ato convocatório;
3. O índice escolhido deverá estar justificado no processo licitatório; e
4. Será vedada a utilização de índices não adotados usualmente.

Realizamos pesquisa na legislação específica e em órgãos que promovem procedimentos licitatórios e opinamos pela utilização dos seguintes índices contábeis:

Liquidez Corrente:

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

cujo resultado deverá ser “>” (maior ou igual) a 1,00

O resultado “>” (maior ou igual) a 1,00, demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo, de forma que não será aceitável resultado menor do que 1,00, pois demonstra que a empresa não possui recurso financeiro para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

Liquidez Geral:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

cujo resultado deverá ser “>” (maior ou igual) a 1,00

O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo, sendo vedado o aceite de índice menor do que 1,00, que demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das empresas.

Solvência Geral:



ISG =  $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$   
cujo resultado deverá ser “>” (maior ou igual) a 1,00

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices (ILG, ILC e ISG), o resultado “>” (maior ou igual) a 1,00 é indispensáveis à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc.), melhor será a condição da empresa.

Diante de todo o exposto, justificamos que escolhemos esses índices, por retratarem a situação financeira equilibrada, que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

ILC: maior ou igual a 1,00;

ILG: maior ou igual a 1,00;

ISG: maior ou igual a 1,00.

Ante o exposto, essa exigência deve constar do Edital para demonstrar a situação EQUILIBRADA das licitantes, traduzindo os critérios objetivos do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresa em situação EQUILIBRADA é o mínimo que esta Administração Pública deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato afastando assim, os licitantes com uma situação DEFICITÁRIA, uma vez que estes colocam em risco a execução do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação.

Nesse sentido, justificamos que os índices estabelecidos acima, atendem ao disposto no art. 31, § 5º, da Lei 8.666/93, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis e usualmente adotados para avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

## 18 – DESTINAÇÃO

Os serviços oriundos deste Termo de Referência será destinado a todos órgãos da Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Arapiraca, 28 de abril de 2020

Roniclecio Firmino da Silva  
Assessor Técnico – GTINFO

Antonio Lenine Pereira Filho  
Secretário de Gestão Pública  
Secretaria Municipal de Gestão Pública



**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA E REQUISITOS DE PONTUAÇÃO**

Licitante: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_.

REQUISITOS	PONTUAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E/OU CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM), outorgado pela ANATEL, acompanhado da Publicação no Diário Oficial da União.	
EM FUNÇÃO DA NATUREZA DOS SERVIÇOS DEVE SER EXIGIDO ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que prestou satisfatoriamente, serviços de link de acesso à internet, de forma dedicada e exclusiva, na velocidade mínima de 1 Gbps, incluindo instalação, manutenção e link de acesso. Os atestados deverão ser impressos em papel timbrado, com nome e telefone de contato dos responsáveis pela informação atestada, não sendo aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais de Internet, devendo ainda atestar a satisfação com os serviços ofertados pela licitante. Cada atestado valerá 15 (quinze) pontos, até o máximo de 45	
VISTO A GRANDE COMPLEXIDADE E O ALTO GRAU DE CRITICIDADE DO AMBIENTE E TECNOLOGIAS ENVOLVIDAS, com o objetivo de garantir a perfeita execução dos serviços requeridos neste termo de referência, o LICITANTE, para efeito de comprovação da capacitação técnica, deverá provar que possui no mínimo 01 (uma) estação de telecomunicação em operação na modalidade 45 (Serviço de Comunicação Multimídia) através da apresentação da cópia da licença de autorização de funcionamento de estação emitido pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).	
REGISTRO E QUITAÇÃO DA PRETENDENTE NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA (CREA) E/OU CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS (CFT), do local de sua sede, conforme Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018.	
CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE POSTE COM A EMPRESA RESPONSÁVEL, comprovante que possui autorização da faixa de ocupação para instalação de cabos, equipamentos e suportes necessários para prestação de Serviço de Telecomunicação	



<p>ATESTADO DE HABILITAÇÃO DO PROFISSIONAL que será o responsável técnico pelas atividades de telecomunicação a serem prestadas pela empresa durante a execução do(s) serviço(s) a serem contratados. Tal atestado, registrado pelo CREA e/ou CFT e acompanhado(s) das respectivas CAT's, deverá comprovar que o referido profissional já foi responsável pela execução de serviços semelhantes ao objeto do presente termos de referência. Cada atestado valerá 10 (dez) pontos, até o máximo de 30 (trinta pontos), limitado a 03 (três) atestados.</p> <p>I. Apresentação do contrato social do licitante, no caso de profissional pertencer ao quadro societário da licitante; II. apresentação da CTPS ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante;</p>	
<p>EM SEU QUADRO DE FUNCIONÁRIOS constar, pelo menos 01 (um) técnico com capacitação de gerenciamento e manutenção de ambientes Microsoft Windows Server, com certificação MCP (Microsoft Certified Professional). A comprovação desse vínculo poderá ser feita por uma das seguintes formas:</p> <p>I. Apresentação do contrato social do licitante, no caso de profissional pertencer ao quadro societário da licitante; II. apresentação da CTPS ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante.</p>	
<p>Apresentar Projeto Técnico Executivo, onde constem detalhamentos de toda a infraestrutura e circuitos de acesso, mostrando a topologia, tecnologias utilizadas, funcionalidades e os serviços ofertados, onde sejam representados os nós de acesso a rede (backbone), devidamente assinado por um Responsável Técnico da empresa perante o CREA e/ou CFT;</p>	
<p><b>Pontuação Máxima:</b></p>	

\*A Proposta Técnica deverá ser apresentada em 01 (uma) via, fazendo-se acompanhar de toda documentação comprobatória (original ou cópia autenticada em cartório) conforme quadros demonstrativo acima



**ANEXO III**  
**MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**



**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, sediado (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação ao presente procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Declarante)

Nome do Declarante: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Registro de Identidade do Declarante: \_\_\_\_\_



**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

Lei nº. 9.854/99 – USO DE MÃO-DE-OBRA INFANTIL

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, sediado (endereço completo), declara que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º, da Constituição Federal, no inciso V do art. 27, da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27/10/1999.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Declarante)

Nome do Declarante: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Registro de Identidade do Declarante: \_\_\_\_\_

**ANEXO VI****MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº XX/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A O MUNICÍPIO DE  
ARAPIRACA E XXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL**, com sede administrativa no Centro Administrativo Antônio Rocha, localizado na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges, Arapiraca, Alagoas, CEP 57.311-180, inscrito no CNPJ sob o nº 12.198.693/0001-58, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Rogério Auto Teófilo, inscrito no CPF nº 209.092.764-04, portador da Carteira de Identidade nº 262494-SEDS/AL, com interveniência da Secretaria Municipal de Gestão Pública, neste ato representada por seu Secretário, o Sr. XXXXXXXXXX, inscrito no CPF nº XXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado CONTRATANTE e por outro lado a XXXXXXXXXX, com sede à Rua XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXX, representada pelo Senhor XXXXXX, portador do CPF/MF nº XXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, fundamentados nas disposições da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 8755/2020, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto deste Contrato é a prestação de serviços técnicos de conectividade IP (Protocolo Internet), para o Município de Arapiraca/AL, em conformidade com este Edital e seus Anexos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os serviços ora contratados serão prestados pelo CONTRATADO e abrangem todas as condições e especificações estabelecidas no Edital e em todos os seus Anexos, obrigando-se, também, a conhecer e cumprir as normas regulamentares, editadas ou não pelo próprio CONTRATANTE, que dizem respeito à sua atuação e ao exercício de suas atividades institucionais, inclusive a sua Lei Orgânica, e os demais atos normativos do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Este Contrato não implica vínculo empregatício de qualquer natureza,



regendo-se pela legislação civil.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DIRETRIZES DOS SERVIÇOS**

I - a solução proposta deverá permitir o acesso à internet, o tráfego de aplicações corporativas, tais como: sistema de informação troca de arquivos, correio eletrônico, servidor de e-mail, web, VoIP (voz sobre IP), virtualização de servidores e outras que necessite;

II - a Contratada deverá disponibilizar um número de telefone 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias, para que a Contratante faça e acompanhe as solicitações de reparo e também um site na internet onde poderá visualizar parâmetros, informações on-line de relatórios de disponibilidade, estatísticas de desempenho e tráfego do ponto de acesso à internet;

III - problemas de qualquer natureza, queima de equipamentos, furtos, rompimentos de meio físico, com o link deverão ser resolvidos em no máximo 24 (vinte e quatro) horas;

IV - para solução de problemas a Contratada deverá fornecer a conexão básica de acesso à Internet. A solução oferecida deverá incluir os serviços de: suporte técnico e garantia de nível em latência média mensal de igual ou menor 10 ms; perda de pacotes média mensal igual ou menor que 3% e disponibilidade mensal de igual ou maior que 99%;

V - todos os circuitos entregues deverão passar por período de aceitação de 7 (sete) dias corridos a partir da conclusão da instalação e antes da ocorrência de qualquer faturamento. Após o período de aceitação será emitido em aceite e a Contratada dará início ao faturamento;

VI - a Contratante poderá, a seu exclusivo critério solicitar a desativação, a modificação de velocidade de transmissão ou a ativação de circuitos previstos no projeto da rede, para atender as demandas e necessidades não previstas inicialmente ou ainda decorrentes de alterações em processos de trabalho ou no perfil de tráfego da nova rede. Qualquer alteração não prevista no projeto inicial será objeto de aditivo contratual;

VII - as interrupções de serviço de natureza programada ou ocasional incidentes sobre os circuitos contratados ou ainda sobre as atividades de gerenciamento da nova rede deverão ser objeto de glosa total ou proporcional nas respectivas faturas. As interrupções previamente informadas e aprovadas pela administração não implicará desconto na fatura;



VIII - todos os circuitos deverão ser entregues em fibra óptica;

IX - para interligações que necessitem passagem de cabos, a contratante deverá ter a autorização por parte da empresa responsável de forma a comprovar a autorização do uso de seus postes.

X - a Contratada deverá disponibilizar para ao Contratante um bloco /27 de IP's públicos, roteáveis na internet.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O período de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Arapiraca, ou a ela provisionados nas seguintes dotações orçamentárias: XXXXXXXXXXXXXXXX.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

O valor do contrato perfaz a ordem de R\$ XXXXXX (XXXXXXXX), deduzindo-se os encargos legais, consoante os resultados da Tomada de Preços nº XX/2020.

### **CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTAMENTOS**

O Contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, visando à adequação aos preços de mercado, pelo Índice Nacional de Preços – INPC, do IBGE.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As alterações dos valores contratuais, em função do reajustamento, serão efetivadas através de Termo de Apostilamento, vedando-se, terminantemente, efeito financeiro retroativo à assinatura do instrumento.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

No primeiro ano, o preço será irrevogável. Posteriormente, o preço poderá ser reajustado observando-se o índice estabelecido no *caput* desta Cláusula. Os reajustes subsequentes ocorrerão sempre a cada 12 (doze) meses.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com os serviços utilizados



no mês, sendo o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega e o aceite da Nota Fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato, visada pela titular da Secretaria Municipal de Gestão Pública, acompanhada do TAA - Termo de Aceitação e Aprovação lavrado pelo gestor.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O pagamento será efetuado após a verificação da manutenção das condições de habilitação do CONTRATADO, devendo as certidões negativas serem impressas e juntadas ao processo administrativo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em caso de irregularidade fiscal, o Município notificará o CONTRATADO para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo, sem que haja a regularização por parte do CONTRATADO, ou apresentação de defesa aceita pelo Município, fatos estes que, isolada ou conjuntamente, caracterizarão descumprimento de Cláusula Contratual, estará o Contrato passível de rescisão e o CONTRATADO sujeito às sanções administrativas e judiciais previstas no Edital.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO**

No ato do pagamento, o CONTRATANTE fará retenção de tributos municipais, de acordo com a legislação específica vigente.

**PARÁGRAFO QUINTO**

A fatura não aceita pelo CONTRATANTE será devolvida ao CONTRATADO para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

**PARÁGRAFO SEXTO**

A devolução da fatura não aprovada pelo CONTRATANTE não servirá de motivo para que o CONTRATADO suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido aos seus empregados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pelo CONTRATADO, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) execução defeituosa dos serviços;
- b) descumprimento de obrigação relacionada com os serviços contratados,



hipótese em que o pagamento ficará retido até que o CONTRATADO atenda a Cláusula infringida;

c) débito do CONTRATADO perante o CONTRATANTE, proveniente da execução do contrato decorrente da licitação;

d) obrigações do CONTRATADO com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar o CONTRATANTE;

e) paralisação dos serviços por culpa do CONTRATADO.

### **PARÁGRAFO OITAVO**

Respeitadas as condições previstas neste edital, em caso de atraso de pagamento motivado pelo CONTRATADO, o valor a ser pago será atualizado financeiramente, desde a data prevista até o efetivo pagamento, tendo como base índice de correção monetária (ICM) determinado pelo Município de Arapiraca no momento do fato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$N/30$

$AF = [ ( 1 + ICM/100) - 1 ] \times VP$ , onde:

ICM = Índice de Correção Monetária; AF = Atualização Financeira;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

### **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Contratante poderá, garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I. Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato resultante deste TR, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II. Multas:

a) de 0,03 % (três centésimos por cento), por dia de atraso sobre o valor dos serviços entregues e/ou prestados com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e decorridos 30 (trinta) dias



corridos de atraso, a Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente, em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista na alínea “b” deste inciso;

b) em razão da inexecução total do contrato, a Administração poderá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato. Essa hipótese é caracterizada, quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento), quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, hipótese em que será rescindido o instrumento contratual;

III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior. Podemos ainda simplesmente remeter ao edital.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas junto do inciso II, facultada a defesa prévia do inciso III, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do § 2º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA RESOLUÇÃO**

Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por interesse do CONTRATANTE. Poderá ser resilido, mediante vontade de ambas as partes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O exercício das faculdades de rescindir e de resilir o contrato por parte do CONTRATANTE não ensejará qualquer direito de indenização para o CONTRATADO.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A resolução antecipada, independentemente de notificação, será facultativa na



hipótese de reiteração no descumprimento parcial do contrato e obrigatória nos casos de inexecução total do objeto, resguardando-se o CONTRATANTE o direito de indenização por eventuais prejuízos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESTRIÇÕES**

A CONTRATADA não terá poderes, nem poderá se pronunciar à imprensa em geral, acerca de quaisquer assuntos relativos às atividades do CONTRATANTE e/ou da sua atividade profissional/contratual, sob pena de imediato rompimento contratual, consoante o disposto na Cláusula Décima, sem prejuízo da aplicação de quaisquer outras cominações e responsabilizações legais e profissionais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

- I - Emitir empenho;
- II - proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as condições exigidas no Contrato, Edital e seus anexos;
- III - realizar rigorosa conferência das características dos serviços recebidos, através do Gestor do contrato resultante deste TR, que terão a incumbência de, dentre outras atribuições, verificar as especificações e aferir qualidade dos serviços efetivamente entregues e/ou prestados, em até 5 dias úteis após o recebimento dos mesmos;
- IV - fiscalizar o correto e integral cumprimento do Contrato através do Gestor do Contrato resultante deste TR;
- V - efetuar o pagamento no valor, forma e prazos ajustados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras na legislação pertinente:

- I - Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- II - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 02 (dois) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- III - Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante ou a terceiros;

**COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES**

IV - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

V - Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

VI - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

VII - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

VIII - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

IX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

X - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XI - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

XII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIII - A Contratada deverá se encarregar de prover o meio físico de interligação entre a sua rede e a rede do Contratante, atendendo aos parâmetros definidos no TR, ficando este serviço sob sua inteira responsabilidade.

XIV - A Contratada deverá atender a todas as normas técnicas exigidas pelos órgãos públicos competentes e responsáveis pela regulamentação, controle e fiscalização do meio físico, da conexão lógica, do tipo de transmissão, da velocidade de tráfego, da faixa de frequência e largura de banda utilizada;

XV - Caso seja necessária alguma obra civil de infraestrutura no ambiente do Contratante para a instalação do meio físico necessário, esta correrá por conta da empresa Contratada, devendo ser fornecido o projeto detalhado para aceite por parte da área competente do Contratante. Para a realização de quaisquer obras, os padrões arquitetônicos previamente encontrados nas instalações deverão ser mantidos;

XVI - A contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura de telecomunicações



(equipamentos e insumos) necessária ao pleno funcionamento dos serviços contratados, sem custo adicional ao Contratante;

XVII – A prestação do serviço compreende a disponibilização, instalação, ativação e configuração do(s) equipamento(s) que compõem o acesso, e outros que possibilitem a utilização do serviço objeto do presente Termo de Referência;

XVIII - A administração e manutenção dos equipamentos disponibilizados serão de inteira responsabilidade da Contratada;

XIX - O atendimento para reativação dos links do serviço de acesso IP deverá ser realizado 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, com início das tentativas nunca maior que 04 (quatro) horas;

XX - Todos os equipamentos e serviços necessários para a instalação, incluindo a configuração e balanceamento de links, quando for o caso, serão fornecidos pela contratada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO**

Esta contratação será regida pela Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Ficam vinculados a este Contrato de prestação de serviços, independentemente de transcrição, os termos do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº XX/2020, com seus anexos, bem como a proposta e documentos que a acompanham, firmados pelo CONTRATADO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

O Gestor do presente contrato é o servidor Roniclecio Firmino da Silva, ocupante do cargo de Coordenador de TI matrícula nº 8675-4, com endereço eletrônico [roniclecio@gtinfo.arapiraca.al.gov.br](mailto:roniclecio@gtinfo.arapiraca.al.gov.br) o qual terá, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Expedir Ordem de Serviços, em conjunto com a titular da Secretaria Municipal de Gestão Pública;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato;

III - Solicitar à Administração a aplicação de penalidade por descumprimento de Cláusula contratual;

IV- Comunicar à CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de Cláusula contratual;

V - Atestar as Notas Fiscais, em conformidade com as especificações constantes da proposta da licitante vencedora, lavrando Termo de Aceitação e Aprovação sobre os serviços recebidos;

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

As dúvidas eventualmente surgidas no transcorrer do curso do Contrato poderão ser dirimidas pelo fiscal do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Quaisquer casos, eventos ou circunstâncias não previstas neste Contrato serão, em princípio, dirimidas por intermédio de imediata consulta à Procuradoria Geral do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Comarca do CONTRATANTE para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Contrato.

Por estarem de pleno acordo com as suas cláusulas e condições, CONTRATANTE e a CONTRATADA, firmam o presente Contrato, perante as duas testemunhas abaixo nominadas, em duas vias de igual teor e forma.

Arapiraca, XX de XXXXXXXX de 2020.

MUNICÍPIO DE ARAPIRACA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - Presidente  
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Contratado

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome  
CPF nº

\_\_\_\_\_  
Nome  
CPF nº